

Da escuta aos museus: a importância das técnicas de recolha e preservação da memória oral no contexto de memórias traumáticas

Luiza Victoria Trápaga¹

From listening to museums: the importance of collection and preservation techniques for oral memory in the context of traumatic memories

Introdução

No âmbito das memórias traumáticas, a recolha de memória oral enfrenta desafios inevitáveis. São testemunhos delicados, difíceis de serem contados e ouvidos, que alcançam camadas dolorosas da alma e mente humanas, em um diálogo construído ao longo de uma espécie de campo minado de gatilhos, onde cada pergunta deve ser expressa com extremo respeito e sensibilidade. E, mesmo com essa cautela, jamais trata-se de um diálogo simples e livre de riscos. Contudo, a sua importância alcança escalas imensuráveis. São vozes que denunciam o passado para educar o presente e libertar o futuro.

Para que essa relevância e seu impacto sejam devidamente expressos, é necessário trilhar um caminho metodológico contornado por complexidades. Desde a recolha dos testemunhos até a exposição desse material e a sua aplicação com propósito educativo, as memórias traumáticas exigem uma abordagem particular e cautelosa, embasada na somatória da técnica com a ética, o respeito e a sensibilidade. Por esse motivo, este artigo busca uma reflexão sobre a seguinte questão: como as memórias traumáticas podem ser melhor recolhidas, preservadas e apresentadas?

Como ponto de partida, refletimos sobre o encontro entre a história oral e as memórias traumáticas. A história oral, metodologia que trabalha os relatos orais na pesquisa histórica, utiliza a memória como fonte (Figueiredo, 2022) e é uma aliada importante na construção da memória coletiva. Os testemunhos individuais se encontram e complementam na construção da memória de todo um grupo ou sociedade. Nesse caminho, revelam-se em diversas

¹ Doutoranda em Museologia na Universidade Lusófona com bolsa da Cátedra UNESCO “Educação, Cidadania e Diversidade Cultural” e da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PRT/BD/155016/2023). Jornalista (UFPel) e Mestra em Ciências da Comunicação (UPorto). ORCID: 0000-0003-4581-9485, luizavtrapaga@gmail.com

Artigo financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto com a referência PRT/BD/155016/2023 e o identificador DOI <https://doi.org/10.54499/PRT/BD/155016/2023>.

contextualizações as memórias traumáticas, onde é fundamental compreendermos também o conceito de trauma e o seu imenso impacto no ser.

Depois, partimos para a análise das técnicas de recolha de memória oral, especificamente nos campos da história oral, do jornalismo e das ciências sociais. Todos esses oferecem recursos de ferramentas e metodologias que podem ser aplicadas de forma valiosa ao serviço das memórias traumáticas, mas demandam certa adequação para um olhar atento às questões que envolvem ética e sensibilidade. Para esse fim, abordamos a escuta sensível e a avaliamos como um conceito aplicável em todas as abordagens.

Após a temática da recolha dos testemunhos, a análise segue para a sua exposição. A partir das definições e funções dos museus apontadas pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), o estudo transita para o papel social dessas instituições e seu compromisso com os direitos humanos, especialmente dentro dos conceitos fundamentais da Sociomuseologia. Para isso, precisamos compreender o que é a Sociomuseologia, seu compromisso com a vida e como ela pode ser valiosa como ferramenta de exposição das narrativas envoltas pelo trauma dentro dos museus.

A última etapa analisada do percurso não é a simples exposição das memórias, mas o potencial educativo do encontro desses testemunhos com os museus. Muito além da ideia ultrapassada dos museus como locais de salvaguarda de memórias, essas instituições têm deveres com o desenvolvimento da sociedade, como educar o presente sobre o passado para a construção de um futuro melhor. Para isso, refletimos sobre as formas mais adequadas de aplicar a educação no contexto museológico das memórias traumáticas.

Após discorrer sobre todos os conceitos, seus desdobramentos e relações, o artigo é finalizado com uma reflexão sobre as possibilidades de combinar esses conhecimentos e metodologias para propor um melhor caminho para a recolha e exposição das memórias traumáticas, baseando-se na técnica, na ética e na sensibilidade.

História oral e memórias traumáticas

A importância da história oral como ferramenta complementar da forma tradicional de pesquisa histórica em fontes escritas se estende além da questão técnica no sentido metodológico, onde a recolha de informações diretas de fontes vivas permite olhares múltiplos sobre um evento histórico, com novas perspectivas e maior riqueza de detalhes. Essa importância é humana – individual e social; ética e moral; emocional e com potencial transformador. Como destacado por Paul Thompson, um dos autores pioneiros na área, ela "pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras." (Thompson, 1992, p. 22).

A história oral tem sua origem oficial como técnica de documentação histórica na década de 40, quando o historiador Allan Nevins, da Universidade de Columbia, iniciou gravações de testemunhos de estadunidenses relevantes (Alberti et al, 2000). Inclusive, além do período intenso de mudanças e eventos vivenciados na primeira metade do século XX que fomentaram aprimoramentos científicos e acadêmicos, esse marco inicial também tem influência direta do avanço tecnológico, com a criação de dispositivos capazes de gravar e armazenar conteúdos orais. Com a combinação desses dois fatores, rapidamente a história oral conquistou espaço e legitimidade dentro do campo da pesquisa histórica.

Em seu papel de memória, a história oral se relaciona de forma profunda com a construção da memória coletiva e social, formas de consciência compartilhada sobre o passado que reúnem,

respectivamente, um grupo ou uma sociedade (Halbwachs, 1990). O historiador francês Jacques Le Goff (1990) alia em seus estudos a relação entre história oral e memória, destacando como “a memória é onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro.” (p. 471). Para esse fim, a história oral é em simultâneo ferramenta individual e coletiva: carrega a voz do indivíduo, mas uma voz que está sempre contextualizada nos laços sociais e na vida em grupo (Halbwachs, 1990), tornando-se parte da narrativa coletiva.

Assumindo esse papel, a história oral é uma ferramenta enriquecedora para a memória coletiva, principalmente no que diz respeito à não exclusão de indivíduos marginalizados, vítimas de eventos traumáticos, e outras narrativas sub-representadas. Para Thompson (1992), ela “traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade.” (p. 44). Ou seja, através da história oral, é possível construir uma memória coletiva e social mais inclusiva e representativa, onde todos os personagens têm direito ao espaço para suas vozes serem ouvidas e tornarem-se parte da narrativa histórica de seus grupos. Uma ferramenta capaz de promover uma sensação de pertencimento e valorização.

Em um olhar ainda mais específico, observamos que a relação entre história oral e memórias traumáticas passou a ser destacada principalmente a partir dos testemunhos recolhidos durante e após a Segunda Guerra Mundial (Alberti et al, 2000), quando os relatos dos sobreviventes aos campos, ambos de batalha e de concentração, foram cruciais para expor a realidade encoberta pelos jogos de poder e tornaram-se símbolo de denúncia das atrocidades cometidas durante o período. Com essa exposição global, o significado de trauma e o seu impacto no indivíduo e no coletivo conquistou uma nova dimensão em frente ao olhar público.

Cathy Caruth (1996) define o trauma como uma crise de significado na psique de um indivíduo resultante de um evento devastador que não consegue ser completamente compreendido ou integrado pelas estruturas emocionais e cognitivas desse indivíduo. A autora também disserta sobre a ideia de atraso na memória traumática, onde o trauma não é apenas um evento isolado no passado, mas algo que pode voltar a impactar o indivíduo de forma repetida, como através de pesadelos ou flashbacks (Caruth, 1996). Nessa repetição, ela ressalta os desdobramentos e descobertas que a memória traumática carrega:

“(...) so trauma is not locatable in the simple violent or original event in an individual's past, but rather in the way that its very unassimilated nature — the way it was precisely not known in the first instance — returns to haunt the survivor later on. “

[“(...) então o trauma não é localizável no simples acontecimento violento ou original no passado de um indivíduo, mas sim na forma como sua natureza não assimilável — a forma com que não foi compreendido de forma precisa na primeira instância — volta pra assombrar o sobrevivente mais tarde.”] (Caruth, 1996, p. 4)

E, ao ser oralizado, o trauma carrega todas essas camadas. Na história oral, as camadas são traduzidas em um encontro entre palavras, pausas, hesitações, silêncios e sentimentos (Silva, 2003) — o desejo de acusar o que foi vivido em meio à dificuldade de acessar o trauma e de conseguir exprimi-lo em linguagem. Dentro disso, é importante ter em consideração que nem todas as camadas podem ser acessadas em momento único de testemunho — ou mesmo em qualquer momento. Após a exposição das camadas mais superficiais, algumas são acessadas apenas com a criação de um laço de confiança entre o entrevistado e o entrevistador, enquanto outras surgem aos poucos e em fragmentos, e certas estão bloqueadas em níveis profundos e

inacessíveis do ser. Assim, com a conexão entre tantas camadas e percepções, formam-se as memórias traumáticas.

O encontro entre a técnica e a sensibilidade

Ao falarmos em técnicas de recolha de memória oral, podemos refletir sobre as entrevistas biográficas em diversos campos e abordagens. Esse tipo de ferramenta tem como foco a vida do entrevistado, explorando de forma mais aprofundada suas percepções, experiências e emoções sobre determinados eventos, para a compreensão sobre os aspectos que moldam sua trajetória. As entrevistas biográficas podem apresentar maior ou menor rigor estrutural de acordo com o contexto e o objetivo envolvidos, assim como serem combinadas com metodologias e ferramentas oriundas de múltiplas áreas.

Primeiramente, no âmbito da história oral, as entrevistas são ferramentas importantes de recolha de material, mas sua aplicação não é definida por um conjunto padronizado de técnicas ou regras. Charles T. Morrissey (1970), um dos pioneiros no estudo da área, ressalta inclusive o perigo de depositar demasiada confiança nos instrumentos e pouco na intuição, visto que os aspectos da história oral inevitavelmente variam de acordo com cada tipo de entrevistado. Ao mesmo tempo, Levi (2001) ressalta a importância do pensamento crítico em relação à fonte oral, assim como da aplicação de procedimentos analíticos semelhantes aos de qualquer processo de pesquisa, evitando que a comoção mascare a razão. Ainda, Thomson (2000) destaca alguns fatores considera relevantes para uma boa entrevista na área:

“a importância da preparação; a necessidade de estabelecer rapport e intimidade, de ouvir e de fazer perguntas abertas, de refrear os impulsos de interromper; a importância de permitir pausas e silêncios, de fugir dos jargões, de evitar ser inquisitivo e de minimizar a presença do gravador.” (Thomson, 2000, p. 48)

Sem desprezar essas recomendações consideradas coesas e elementares no campo das entrevistas e história oral, Alberti et al (2000) relembra a importância da sua adequação para contextos culturais diferentes, onde os sistemas e relações de comunicação são variados. Por exemplo, as formas de comunicação de um indivíduo do ocidente são distintas das de um indivíduo do oriente, assim como a de grupos religiosos diferentes, por isso a adaptação é fundamental para que o diálogo seja claro e respeitoso. Ainda, Amado & Ferreira (1998) ressaltam a existência de uma maior responsabilidade e compromisso do historiador com os vivos do que com personagens históricos devido aos efeitos que o trabalho realizado com os testemunhos terá na vida dos entrevistados. Apoiada pelos autores, reitero a relevância acentuada desse compromisso no contexto das memórias traumáticas, considerando o impacto profundo inerente do trauma no passado, presente e futuro do indivíduo.

Outro campo referencial possível quando o assunto é a recolha de memória oral é o jornalismo, onde os testemunhos recolhidos através de entrevistas orais são instrumentos fundamentais e importantíssimos para enriquecer e contextualizar as reportagens. Mesmo considerando que toda e qualquer informação apresentada por uma fonte deve ser vista com olhar cauteloso e ponderado no contexto em questão, as entrevistas biográficas são conteúdos de grande valor, pois “os depoimentos ajudam a recuperar informações sobre fatos e processos que só podem ser conhecidos pela narrativa daqueles que os viveram diretamente ou daqueles que os presenciaram de alguma maneira.” (Ribeiro, 2015, p. 75). É justamente o protagonismo desses personagens que enriquece o conteúdo jornalístico.

A importância da recolha da memória oral também se entrelaça com a função social do jornalismo de fiscalizador da “liberdade de expressão de indivíduos e, sobretudo, minorias sociais, bem como guardião da transparência e responsabilidade da sociedade como um todo.” (Martinez, 2016, p. 7). No âmbito das memórias traumáticas, esse entrelaçamento concede espaço para a voz das vítimas e luta pela transparência da opressão velada. Baseando-se na ética jornalística — expressa no Código Internacional de Ética para Jornalistas (1983) — a qual condena qualquer tipo de sensacionalismo e parcialidade influenciada por terceiros, defendendo a informação como um bem social e em defesa dos direitos humanos e da dignidade.

No contexto da técnica jornalista de entrevistas com teor biográfico, onde a vida do sujeito tem o protagonismo do conteúdo, um roteiro com perguntas introdutórias costuma ser aplicado para guiar e impulsionar o início do testemunho, e, em casos de contextos específicos, direcionar a temática da narrativa. No entanto, também é muito importante deixar espaço para a livre expressão do entrevistado, para que memórias e vivências sejam exploradas e desenvolvidas na narrativa de forma natural. Essa abordagem também é considerada uma forma de construir um ambiente mais confortável e um sentimento de maior confiança (Ribeiro, 2015).

Já no âmbito das entrevistas biográficas no campo das Ciências Sociais, outra abordagem possível nos casos de recolha de memória oral, destacam-se dois modelos para o propósito desta abordagem: entrevista semiestruturada, onde o roteiro é flexível e adaptável de acordo com o decorrer da entrevista; e entrevista aberta, onde apenas o tema central é apontado e a abordagem é construída através da interação com o entrevistado (Fontes, 2019). Neste campo de estudos, não existe um modelo considerado padrão ou ideal, visto que cada caso exige uma avaliação pontual devido às suas particularidades e necessidades.

No ponto de vista de Boni e Quaresma (2005), “quanto menos estruturada a entrevista maior será o favorecimento de uma troca mais afetiva entre as duas partes” (p. 75). Para a recolha de memórias traumáticas, onde a relação de confiança mostra-se extremamente relevante para o desenvolvimento do diálogo, esse fator afetivo ganha proeminência. No entanto, a liberdade estrutural pode originar desafios em casos de entrevistados com maior dificuldade de se expressar verbalmente ou àqueles em que o trauma faz prevalecer as já citadas hesitações, pausas e silêncios. O oposto da expressão verbal também pode vir a ser desafiador, no caso de entrevistados que transitam entre muitos assuntos de forma desordenada.

Para concluir esta etapa da reflexão em curso, trago o conceito de “escuta sensível”, apresentado por René Barbier (2002), como complemento para o embasamento do pesquisador/entrevistador nos diálogos em todos os tipos de abordagens listados para a recolha de memórias traumáticas:

“A escuta sensível se apoia sobre a totalidade complexa da pessoa: os cinco sentidos. [...] A postura que se requer para uma escuta sensível é uma abertura holística. Trata-se na verdade de se entrar numa relação de totalidade com o outro, tomado em sua existência dinâmica. Alguém só é pessoa através da existência de um corpo, de uma imaginação, de uma razão e de uma afetividade, todos em interação permanente.” (Barbier, 2002 p. 2-3)

Através da abordagem proposta, a entrevista torna-se uma experiência mais íntima e completa, conectando entrevistador e entrevistado para além das palavras expressas. Nessa perspectiva, dialogando com Barbier, Teixeira (2019) destaca a necessidade da escuta sensível envolver uma predisposição do sujeito em ir de encontro ao outro para estabelecer uma relação

com troca de saberes e escuta plena. Para a autora, é um instrumento significativo para desatar nós complexos na trama da rede de relações e trilhar o caminho até uma relação dialógica.

Retornado a Barbier (2002), ressalto outro ponto que mostra-se especialmente interessante no contexto das memórias traumáticas: o respeito aos silêncios e ao tempo de cada entrevistado. Levando em consideração a importância dessas “ausências” nos discursos apontada pelos autores relacionados ao estudo do trauma, como Caruth (1996) e Silva (2003), o espaço acolhedor e respeitoso proposto pelo pesquisador francês converge com as necessidades apresentadas em casos de memórias traumáticas. A partir dos pontos listados, a escuta sensível — sem abandonar a técnica e o compromisso científico — propõe às entrevistas um tipo de aprofundamento possível somente através da conexão humana.

O percurso das memórias traumáticas até os museus

No seguimento de um caminho de recolha de memórias traumáticas trilhado com base na humanidade, sensibilidade e veracidade, é também necessário pensar a etapa de preservação e exposição desses testemunhos. Tendo em vista a Nova Definição do Museu apresentada pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), onde o museu é uma instituição “ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial.” (ICOM, 2007), aos museus cabe o compromisso de que a memória oral seja preservada e apresentada para gerações atuais e futuras.

Ainda mais especificamente, o trabalho realizado por meio da recolha de memórias traumáticas encontra-se de forma muito direta e coerente com a Nova Museologia, movimento impulsionado pela Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972) e Declaração de Quebec (1984), marcos que apontaram a passividade das instituições museológicas e o seu potencial de ação social (Fruchtengarten, 2021). Também, com a escola de pensamento da Sociomuseologia, originada no contexto desses mesmos eventos, onde o compromisso social é ponto determinante na construção de exposições museológicas, assim como a sua aplicação prática através da Museologia Social. Nesta última, a execução das funções e ações do museu tem como preocupação primordial os sujeitos e os problemas sociais (Tolentino, 2017).

Especificamente no âmbito da recolha de memórias traumáticas, a preocupação sociomuseológica é com o equilíbrio entre a importância do tema como denúncia e educação e o respeito às vítimas e seus testemunhos. Em musealizar a memória de um trauma sem transformá-la em espetáculo ou deixar que torne-se memória do opressor, mas também não permitir que vire apenas parte da expografia sem que seu significado e potencial educativo sejam desenvolvidos junto ao público.

Hoffman (2020) destaca a exposição dessas memórias como uma “quebra do silêncio, ao mesmo tempo em que apresenta o potencial de dar voz e rosto às vítimas” (Hoffman, 2020, p. 261). Na mesma obra, o autor também defende essa representação como uma espécie de prestação de contas, uma ação de reparação/ressarcimento para as vítimas da violência do Estado e violações dos direitos humanos.

No entanto, para cumprir esse propósito com êxito, como devemos apresentar as memórias traumáticas em instituições museológicas com respeito, ética, transparência e sensibilidade?

Nessa construção, o museu precisa de uma postura ativa em relação aos direitos humanos e de engajamento social e posicionamento político (Hoffman, 2015), pois o seu posicionamento reflete diretamente na forma com que a mensagem será recebida pelo público. Além disso, é

necessário buscar a participação das vítimas no processo da concepção da exposição, pois os museus têm o poder de empoderar as pessoas através da sua participação (Lord & Blankenberg, 2015). Inclusive, Meneses (2018) ressalta a importância de não negar às vítimas o seu protagonismo ativo:

“Na memória trauma temos um quadro variado de atores, com centralidade nas vítimas. Tal centralidade se explica pela empatia e compaixão pela dor e sofrimento, mas muitas vezes a infantiliza e lhe nega o status de sujeito da história, aquele que age, ainda que só no plano da resistência.” (Meneses, 2018, p. 10)

A etapa final do caminho de recolha de memórias traumáticas é a educação. O museu, sendo considerado um espaço não formal de ensino (Gomes, 2013), abre as janelas do conhecimento dos indivíduos sobre si e suas relações sociais (Gohn, 2010). Com base nesse papel, a denúncia do que foi velado e o espaço concedido para a voz sufocada educam sobre um passado real e doloroso, que precisa ser lembrado constantemente para proteger os que estão por vir. Essa etapa se enquadra naturalmente na Sociomuseologia, onde o papel educacional dos museus é tratado como um dever – uma responsabilidade de uma museologia comprometida com a “formação da consciência das comunidades que ele[a] serve.” (Mesa-Redonda de Santiago do Chile, ICOM, 1972).

Para isso, além da educação “passiva” através das ferramentas da própria exposição, essa construída de forma participativa com as vítimas, também é fundamental buscar uma educação “ativa”. Não somente mostrar o que aconteceu de forma transparente e esclarecida, mas fazer o público pensar, elaborar e questionar esses acontecimentos. De acordo com Cerqueira:

“Um dos grandes objetivos da educação, ao contrário do que se pensa, não é apenas transferir conhecimento, mas, sim, oferecer condições ao indivíduo para que ele se torne sujeito do seu próprio processo de aprendizagem e desenvolvimento, torne-se um sujeito ativo e autônomo.” (Cerqueira, 2011, p. 44)

Para oferecer condições para esse processo, a educação das memórias traumáticas dentro das instituições museológicas precisa de ação. Como esses testemunhos podem transcender seu papel de denúncia até a função de educar e proteger gerações presentes e futuras? Atividades educativas, artísticas e culturais – as que promovem a escuta, como palestras e seminários; a troca, como rodas de conversa e debates; a reflexão e a prática, como workshops e oficinas. Tudo isso sempre em diálogo com as vítimas, oferecendo espaço para suas vozes e participação ativa, mas também respeitando seus limites emocionais e psicológicos.

Considerações finais

Com base em todas as questões abordadas, concluo que não é interessante apontar algum tipo de técnica padronizada para a recolha e exposição das memórias traumáticas, visto que trata-se de testemunhos únicos e repletos de particularidades e complexidades. Nesse contexto, a definição do conjunto de técnicas aplicadas e ferramentas utilizadas deve ser personalizada de acordo com as exigências, necessidades e objetivos de cada situação.

De toda forma, independentemente da base metodológica escolhida para a aplicação prática – seja essa no jornalismo, história, ciências sociais ou mesmo outras abordagens – a recolha de memórias traumáticas precisa ser guiada pelo encontro entre técnica, ética e sensibilidade. Para isso, além dos conhecimentos técnicos de cada campo, o conceito de escuta sensível, baseada na empatia, confiança, coerência e consciência (Barbier, 2002), se confirma

como ferramenta metodológica essencial. É essa abordagem que permitirá ao pesquisador não apenas ouvir os testemunhos das vítimas, mas compreender todo o contexto que as cerca, aproximar-se de suas experiências e sentir suas dores, alegrias e medos (Cerqueira, 2011), entre tantos sentimentos que constroem o seu ser.

Sobre a exposição das memórias traumáticas nos museus, o caminho mais acertado parece alinhar-se com as ideias e provocações da Sociomuseologia, onde há um comprometimento dos museus com o social e os direitos humanos (Moutinho, 2007). Tendo como base teórica a Sociomuseologia e as ações que guiam a Nova Museologia, o objetivo é construir uma expografia transparente e ao mesmo tempo sensível, onde as vítimas são colaboradoras e em todo o processo. Na musealização de memórias traumáticas, o museu não deve falar pelas vítimas, mas servir como ferramenta para que as suas vozes sejam ouvidas.

Por fim, o caminho uma educação ativa através de ações e atividades que promovem um contato próximo com o público. No caso das memórias traumáticas, permitir que a voz das próprias vítimas seja ferramenta educativa – quando e como elas sintam-se confortáveis. Por meio de seminários, palestras, entre outros tipos de expressões, inclusive artísticas, como apresentações musicais e declamação de poemas. Também, promover atividades interativas na forma de rodas de conversa, workshops e oficinas, que provoquem trocas e reflexões. Ao fim de tudo isso, ter atenção também à voz do público. Ouvir suas percepções e compreender todo o processo vivido antes, durante e após a experiência. Entender como esse novo aprendizado será comunicado para fora das paredes do museu.

Não ousou finalizar esta reflexão apontando um caminho único ou ideal para a recolha e exposição de memórias traumáticas, apenas uma alternativa de percurso que busca ir de encontro com a ética e a defesa dos direitos humanos e, principalmente, das vítimas de eventos traumáticos causados por nossa sociedade. O propósito deste artigo é justamente provocar a inquietação em busca de reflexões e novas respostas para o tratamento das memórias traumáticas no contexto da memória oral e dos museus. Em uma temática tão complexa como o trauma que assombra as memórias, a abertura para a revisão de percepções, posicionamentos e ações é um dever coletivo no caminho da busca por possibilidades de reparação histórica e conscientização das novas gerações.

Referências bibliográficas

- Alberti, V., Fernandes, T. M., & Ferreira, M. M. (Eds.). (2000). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Amado, J., & Ferreira, M. (1998). Apresentação. In J. Amado & M. Ferreira (Eds.), *Usos & abusos da História oral* (pp. 7-25). Rio de Janeiro: FGV
- Barbier, R. (2002). *A pesquisa-ação*. (L. Didio, Trad.). Brasília: Liber Livro.
- Caruth, C. (1996). *Unclaimed Experiences: Trauma, Narrative and History*. Baltimore: Johns Hopkins UP.
- Cerqueira, T. C., & Sousa, S. (2011). Escuta Sensível: O Que É? In T. C. S. Cerqueira (Org.), *(Con)Textos em Escuta Sensível* (pp. 15-52). Brasília: Thesaurus
- Federação Internacional de Jornalistas. (1983). *Código Internacional de Ética para Jornalistas*. Recuperado de <https://research.tuni.fi/ethicnet/country/international-principles-of-professional-ethics-in-journalism/>

- Figueiredo, C. G. (2022). História Oral e Memória: significados e importância para a valorização das identidades e dos lugares. Revista Casa D'Italia. Recuperado de <https://casaditaliajf.com.br/2022/01/17/revista-casaditalia-historia-oral-e-memoria-significados-e-importancia-para-a-valorizacao-das-identidades-e-dos-lugares/>
- Fontes, B. C. (2019). A Entrevista Biográfica na Sociologia. Dossiê Temático. Revista Sociais & Humanas, 32(3), 83-96.
- Fruchtengarten, L. (2021). Museus de memória traumática e a musealização do imaterial (Dissertação de mestrado). Universidade de Lisboa, Mestrado em Museologia e Museografia. Recuperado de https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/48277/2/ULFBA_TES_LuisaFruchtengarten.pdf
- Gohn, M. G. (2010). Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos. São Paulo: Cortez.
- Gomes, A. G. (2013). O museu como espaço educativo não formal de construção de conhecimento científico: usos e práticas de ensino no Sítio de Anchieta – Espírito Santo [Dissertação de mestrado, Instituto Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática]. Recuperado de https://repositorio.ifes.edu.br/bitstream/handle/123456789/228/DISSERTA%3%87%3%83O_Museu_espa%3%a7o_educativo_n%3%a3o_formal.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Halbwachs, M. (1990). A memória coletiva. Editora Revista dos Tribunais Ltda. São Paulo.
- Hoffman, F. E. (2015). O espaço construído na produção de lugares de memória: Reflexões sobre museus e lugares de memória do trauma, estudos de caso em Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado. Escola de Arquitetura UFMG.
- Levi, G. (2001). Le passé lointain: sur l'usage politique de l'histoire. In: HARTOG, F.; REVEL, J. Les usages politiques du passé. Paris: EHESS, p. 25-37.
- Lord, G. D., & Blankenberg, N. (2015). Cities, Museums and Soft Power. Washington, DC: The AAM Press, American Alliance of Museums.
- Martinez, M. (2016). Reflexões sobre Jornalismo e História Oral: um campo com mais convergências do que dissonâncias. Revista Observatório, Palmas, 2(1), 76-91. Recuperado de <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/1869>
- Meneses, U. T. B. de. (2018). Os museus e as ambiguidades da memória: A memória traumática. Apresentado no 10º Encontro Paulista de Museus, Memorial da América Latina.
- Morrissey, C. T. (1970) On Oral History Interviewing. In: Perks e Thomson (eds.). Oral History Reader.
- Nora, P. (1993). Entre história e memória: a problemática dos lugares. Revista Projeto História, 10, 12.
- Ribeiro, A. P. G. (2015). A história oral nos estudos de jornalismo: algumas considerações teórico-metodológicas. Revista Contracampo, 32(2), 73-90.
- Silva, D. I. da (2003). História oral, oralidade e audiovisual na construção de relatos de memórias traumáticas. História Oral, 6, 69-94.
- Teixeira, M. das G. de S. (2019). Tecendo Redes, Ancoreando Memórias: A Experiência de Processos Curatoriais Participativos Realizados no MAFRO/UFBA. Pós-doutorado.

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração, Lisboa.

Thompson, P. (1992). *The Voice of the Past: Oral History*. Oxford: Oxford University Press.

Thomson, A. (2000). Aos Cinquenta Anos: uma perspectiva internacional da História Oral. In M. M. Ferreira, T. M. Fernandes, & V. Alberti (Eds.), *História Oral: desafios para o século XXI* (pp. 47-66). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ Casa Oswaldo Cruz/ CPDOC – FGV.

Tolentino, A. B., & Franch, M. (2017). *Espaços que suscitam sonhos: Narrativas de memórias e identidades no Museu Comunitário Vivo Olho do Tempo*. João Pessoa: Editora da UFPB